

CURRICULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA INDÍGENA: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Francisco Batista da Silva Manchineri

Ufac / Grupo PET Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas – silva.f93@gmail.com

Kailane da Silva Nunes Apurinã

Ufac / Grupo PET Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas – kailane.nunes@sou.ufac.br

Aline Andréia Nicolli

Ufac / Grupo PET Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas - aline.nicolli@ufac.br

Resumo

Este texto apresenta reflexões sobre a abordagem de conteúdos relacionados a história e a cultura afro-brasileira e indígena a partir do processo de formação de professores desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Acre.

Palavras-chave: Saberes; Povos Indígenas; Formação de Professores.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do presente estudo pautou-se na seguinte questão de estudo: Qual lugar a história e a cultura dos povos indígenas ocupa nas estruturas curriculares dos Cursos de Licenciatura, da Universidade Federal do Acre? Tais reflexões foram produzidas por meio do desenvolvimento de um trabalho de abordagem qualitativa, caracterizado como pesquisa bibliográfica. Para isso, analisamos os Projetos Pedagógicos (PPC) de cada um dos Cursos de Licenciatura, ofertados na Ufac, Rio Branco, Acre.

2. DESENVOLVIMENTO



Figura 1: Temática indígena e formação de professores
Fonte: Autoria própria, 2024.

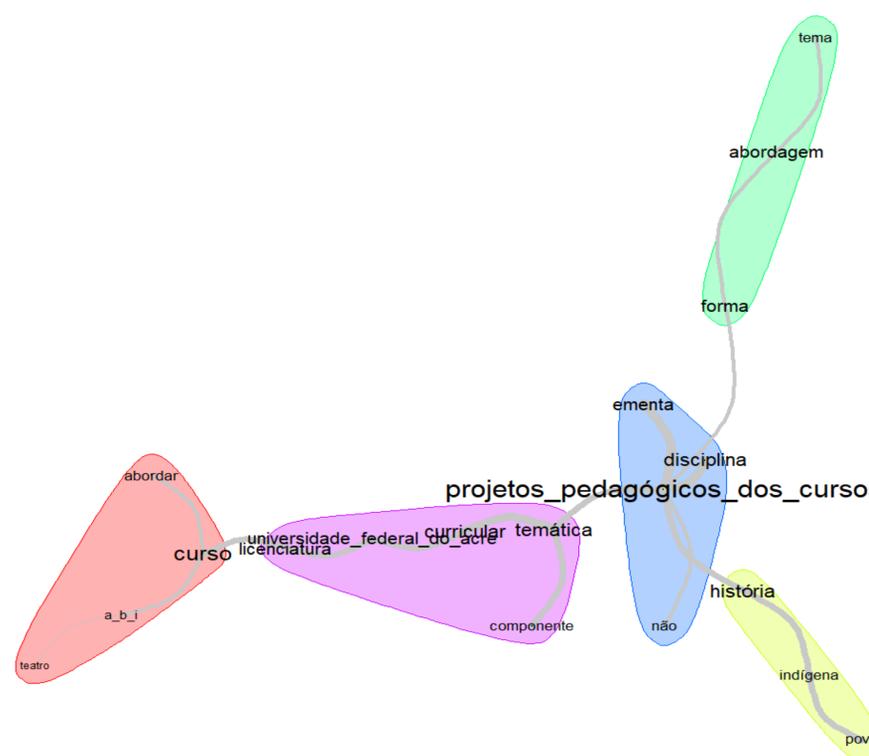


Figura 2: Temática indígena e formação de professores
Fonte: Autoria própria, 2024.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso da Ufac, a abordagem da temática, nos Cursos de Licenciatura, se faz diluir, dentre muitos outros temas, em, no máximo, 3 componentes curriculares percebe-se que os estudantes, futuros professores, possuem espaço para discuti-la em, na melhor das hipóteses, 50 ou 60h, o que, a nosso ver, é infinitamente menor do que o necessário para garantir efetivamente a apropriação dos saberes de forma que, depois, eles sejam adequadamente abordados em sala de aula, na Educação Básica.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília, MEC, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm?msckid=0c0d30